

DIREITO TRIBUTÁRIO

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 31.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025</u>	Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária.
<u>Lei Complementar nº 168, de 12 de junho de 2019</u>	Autoriza, no prazo que especifica, o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em 1º de janeiro de 2018.
<u>Decreto Federal nº 9.557, de 8.11.2018</u>	Regulamenta a Medida Provisória nº 843, de 5 de julho de 2018, que estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no País, institui o Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística e dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas.
<u>Mensagem de Veto Total nº 421, de 6 de agosto de 2018</u>	Projeto de Lei nº 76, de 2018 - Complementar (nº 500/18 - Complementar na Câmara dos Deputados), que "Autoriza, no prazo que especifica, o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em 1º de janeiro de 2018."
<u>Decreto Federal nº 9.442, de 05 de julho de 2018</u>	Altera as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre veículos equipados com motores híbridos e elétricos.
<u>Decreto Federal nº 9.409, de 13 de junho de 2018</u>	Dispõe sobre prazo de saque das contas individuais do Fundo PIS-Pasep.
<u>Lei Federal nº 13.677, de 13 de junho de 2018</u>	Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

<u>Lei Federal nº 13.674, de 11 de junho de 2018</u>	Altera as Leis nos 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e dá outras providências. Parcialmente vetada.
<u>Decreto Federal nº 9.297, de 1º de março de 2018</u>	Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.
<u>Medida Provisória nº 807, de 31 de outubro de 2017</u>	Altera a Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária - Pert na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
<u>Medida Provisória nº 806, de 30 de outubro de 2017</u>	Dispõe sobre o Imposto sobre a Renda incidente sobre as aplicações em fundos de investimento.
<u>Lei Federal nº 13.498, de 26 de outubro de 2017</u>	Acrescenta parágrafo único ao art. 16 da Lei no 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer que, após os idosos, os professores tenham prioridade para recebimento da restituição do imposto de renda da pessoa física.
<u>Lei Complementar nº 160, de 07 de agosto de 2017</u>	Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei no 12.973, de 13 de maio de 2014. Mensagem de veto
<u>Decreto Federal nº 9.108, de 26 de julho de 2017</u>	Altera o Decreto no 99.684, de 8 de novembro de 1990, para dispor sobre normas regulamentares do saque da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.
<u>Decreto Federal nº 9.017, de 30 de março de 2017</u>	Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.
<u>Lei Complementar nº 157, de 29 de dezembro de 2016</u>	Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990, que "dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências".
<u>Decreto Federal nº 8.853, de 22 de setembro de 2016</u>	Altera o Decreto nº 7.574, de 29 de setembro de 2011, que regulamenta o processo de determinação e exigência de créditos tributários da União, o processo de consulta sobre a aplicação da legislação tributária

	federal e outros processos que especifica, sobre matérias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
<u>Lei Complementar nº 155, de 27 de abril de 2016</u>	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nos 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
<u>Lei Federal nº 13.315, de 20 de julho de 2016</u>	Altera as Leis nos 12.249, de 11 de junho de 2010, 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e 9.481, de 13 de agosto de 1997, para dispor sobre a incidência do imposto de renda retido na fonte sobre remessas ao exterior de valores destinados à cobertura de gastos pessoais, à promoção de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros e de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão.
<u>Lei Federal nº 13.259, de 16 de março de 2016</u>	Altera as Leis nos 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e 12.973, de 13 de maio de 2014, para possibilitar opção de tributação de empresas coligadas no exterior na forma de empresas controladas; e regulamenta o inciso XI do art. 156 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Medida Provisória nº 713, de 1º de março de 2016</u>	Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre a remessa de valores destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviços, treinamento ou missões oficiais, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 13.202, de 8 de dezembro de 2015</u>	Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT; autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que indica; altera as Leis nos 12.873, de 24 de outubro de 2013, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e dá outras providências. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal 13.169, de 6 de outubro de 2015</u>	Altera a Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização, e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar no 105, de 10 de janeiro de 2001; altera as Leis nos 9.808, de 20 de julho de 1999, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 10.637, de 30 de dezembro de

	2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.484, de 31 de maio de 2007, 12.973, de 13 de maio de 2014, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e 10.865, de 30 de abril de 2004; e dá outras providências
<u>Decreto Federal nº 8.533, de 30 de setembro de 2015</u>	Regulamenta o disposto no art. 9º-A da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, que dispõe sobre o crédito presumido da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins relativo à aquisição de leite in natura, e institui o Programa Mais Leite Saudável.
<u>Lei Federal nº 13.157, de 4 de agosto de 2015</u>	Institui o Dia Nacional do Oficial de Justiça.
<u>Lei Federal nº 13.149, de 21 de julho de 2015</u>	Altera as Leis nos 11.482, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 10.823, de 19 de dezembro de 2003.
<u>Medida Provisória nº 685, de 21 de julho de 2015</u>	Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT, cria a obrigação de informar à administração tributária federal as operações e atos ou negócios jurídicos que acarretem supressão, redução ou diferimento de tributo e autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que indica.
<u>Medida Provisória nº 683, de 14 de julho de 2015</u>	Institui o Fundo de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura e o Fundo de Auxílio à Convergência das Alíquotas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, com a finalidade de facilitar o comércio interestadual e estimular o investimento produtivo e o desenvolvimento regional.
<u>Decreto Federal nº 8.463, de 5 de junho de 2015</u>	Regulamenta as medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016 de que trata a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, e altera o Decreto nº 7.578, de 11 de outubro de 2011, que regulamenta as medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 de que trata a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 8.442, de 29 de abril de 2015</u>	Regulamenta os art. 14 a art. 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, que tratam da incidência do Imposto sobre Produtos

	Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - Tipi
<u>Decreto Federal nº 8.426, de 1º de abril de 2015</u>	Restabelece as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.
<u>Medida Provisória nº 670, de 10 de março 2015</u>	Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física; a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.
<u>Decreto Federal nº 8.392, de 20 de janeiro de 2015</u>	Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.
<u>Lei Federal nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015</u>	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei no 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de

	<p>1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei no 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1o de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.</p>
<p><u>Lei Federal nº 13.043, de 13 novembro de 2014</u></p>	<p>Dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sobre a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros, sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros e sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a Lei no 12.431, de 24 de junho de 2011; altera as Leis nos 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, 12.431, de 24 de junho de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.996, de 18 de junho de 2014, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.409, de 25 de maio de 2011, 5.895, de 19 de junho de 1973, 11.948, de 16 de junho de 2009, 12.380, de 10 de janeiro de 2011, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 12.712,</p>

	<p>de 30 de agosto de 2012, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, 6.830, de 22 de setembro de 1980, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.147, de 21 de dezembro de 2000, 12.860, de 11 de setembro de 2013, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 12.598, de 21 de março de 2012, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 9.481, de 13 de agosto de 1997, 12.688, de 18 de julho de 2012, 12.101, de 27 de novembro de 2009, 11.438, de 29 de dezembro de 2006, 11.478, de 29 de maio de 2007, 12.973, de 13 de maio de 2014, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 11.972, de 6 de julho de 2009, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e 10.865, de 30 de abril de 2004, e o Decreto-Lei no 911, de 1o de outubro de 1969; revoga dispositivos do Decreto-Lei no 1.569, de 8 de agosto de 1977, das Leis nos 5.010, de 30 de maio de 1966, e 8.666, de 21 de junho de 1993, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e do Decreto-Lei no 1.598, de 26 de dezembro de 1977; e dá outras providências.</p>
<p><u>Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014</u></p>	<p>Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores, prorroga benefícios, altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada, e dá outras providências.</p> <p><u>* Dia 07.11.2014, início de vigência dos Arts. 9º a 17, por força do Art. 55, inciso II, no tocante ao registro e averbação na matrícula do Ofício do Registro de Imóveis.</u></p>
<p><u>Lei Federal nº 12.860, de 11 de setembro de 2013</u></p>	<p>Dispõe sobre a redução a 0% (zero por cento) das alíquotas das Contribuições Sociais para o PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte municipal local.</p>
<p><u>Lei Complementar Federal nº 143, de 17 de julho de 2013</u></p>	<p>Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), para dispor sobre os critérios de rateio do Fundo de Participação</p>

	dos Estados e do Distrito Federal (FPE); e revoga dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.
<u>Lei Federal nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013</u>	Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016. (Medida Provisória nº 584, de 10 de outubro de 2012)
<u>Lei Federal nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013</u>	Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.
<u>Decreto Federal nº 7.698, de 9 de março de 2012</u>	Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.
<u>Decreto Federal nº 7.593, de 28 de outubro de 2011</u>	Altera o Decreto nº 7.555, de 19 de agosto de 2011, que regulamenta os arts. 14 a 20 da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, que dispõem sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, no mercado interno e na importação, relativo aos cigarros classificados no código 2402.20.00 da Tabela de Incidência do IPI.
<u>Decreto Federal nº 7.591, de 28 de outubro de 2011</u>	Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - CIDE, e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 7.578, de 11 de outubro de 2011</u>	Regulamenta as medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 de que trata a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.
<u>Decreto Federal nº 7.567, de 15 de setembro de 2011</u>	Regulamenta os arts. 5º e 6º da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, os quais dispõem sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI em favor da indústria automotiva, e altera a Tabela de Incidência do IPI - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006.
<u>Decreto Federal nº 7.536, de 26 de julho de 2011</u>	Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.
<u>Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007</u>	Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI; reduz para 24 (vinte e quatro) meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da

	<p>Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.666, de 8 de maio de 2003, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.892, de 13 de julho de 2004, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências.</p>
<p><u>Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003</u></p>	<p>Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.</p>

<p style="text-align: center;">LEGISLAÇÃO ESTADUAL</p>	
<p style="text-align: center;">LEGISLAÇÃO</p>	<p style="text-align: center;">EMENTA</p>
<p><u>Lei Estadual nº 8.405, de 24 de maio de 2019</u></p>	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de discriminar, nos comprovantes fiscais, o percentual e o valor recolhido em favor do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECF.</p>
<p><u>Lei Estadual nº 8.404, de 23 de maio de 2019</u></p>	<p>Dispõe sobre a autorização da destinação de 0,2% (dois décimos por cento) do Fundo Estadual de Combate à Pobreza para o Programa de Reprodução Assistida do Governo do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.</p>
<p><u>Lei Estadual nº 8394, de 15 de maio de 2019</u></p>	<p>Institui o Programa de Esclarecimento da População Fluminense sobre o direito ao benefício da tarifa social de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p><u>Lei Estadual nº 8339, de 29 de março de 2019</u></p>	<p>Faculta ao empreendedor individual qualificado como Microempreendedor Individual – MEI, a inscrição estadual no Cadastro</p>

	de Pessoa Jurídica do Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS) do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 8266, de 26 de dezembro de 2018</u>	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a reinstaurar o incentivo fiscal de que trata a Lei Estadual nº 1954, de 26 de janeiro de 1992 e dá outras providências.
<u>Lei Complementar Estadual nº 182, de 20 de setembro de 2018</u>	Dispõe sobre a redução de multa e de juros de mora, no caso de pagamentos em parcela única ou mais de uma parcela, de créditos tributários relativos ao ICMS, na forma que especifica, de acordo com o autorizado no Convênio ICMS 75/18.
<u>Lei Estadual nº 8.058, de 01 de agosto de 2018</u>	Autoriza o Poder Executivo a realizar compensação de dívidas reconhecidas com as concessionárias ou autorizadas de serviços públicos e fornecedoras de combustíveis com créditos tributários, na forma que especifica.
<u>Lei Estadual nº 8.002, de 20 de junho de 2018</u>	Dispõe sobre a vedação da cobrança do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, após a comunicação de venda do veículo.
<u>Lei Estadual nº 7.988, de 14 de junho de 2018</u>	Estabelece procedimentos para que o Auditor Fiscal da Receita Estadual desconsidere atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária e revoga o artigo 75-A da lei nº 2657/1996.
<u>Lei Estadual nº 7.982, de 06 de junho de 2018</u>	Dá nova redação a alínea “a” do inciso XIII do art. 14 da Lei nº 2.657/1996, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7.962, de 15 de maio de 2018</u>	Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, na hipótese de reincidência da infração e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7.906, de 14 de março de 2018</u>	Altera a Lei nº 7.495, de 05 de dezembro de 2016 e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7786, de 16 de novembro de 2017</u>	Altera a Lei nº 7.174/2015, que dispõe sobre o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD), de competência do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7725, de 09 de outubro de 2017</u>	Autoriza o Poder Executivo a realizar compensação de dívidas de IPVA com créditos dos salários atrasados dos servidores do Estado do Rio de Janeiro.

<u>Lei Estadual nº 7718, de 09 de outubro de 2017</u>	Dispõe sobre a inadimplência do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.
<u>Lei Estadual nº 7657, de 02 de agosto de 2017</u>	Dispõe sobre as restrições a incentivos fiscais durante o regime de recuperação fiscal e sobre mecanismos de governança, transparência controle e acompanhamento e altera dispositivos da lei nº 7495, de 5 de dezembro de 2016.
<u>Lei Estadual nº 7626, de 09 de junho de 2017</u>	Autoriza o Poder Executivo a realizar compensação de dívidas reconhecidas com as concessionárias, autorizatárias e fornecedoras de combustíveis com créditos tributários, na forma que especifica.
<u>Lei Estadual nº 7582, de 16 de maio de 2017</u>	Altera o inciso V do artigo 5º da Lei Estadual nº 2.877, de 22 de dezembro de 1997, que "dispõe sobre o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA)".
<u>Lei Estadual nº 7552, de 12 de abril de 2017</u>	Altera o § 6º do art. 5º da Lei nº 2.877 de 22, de dezembro de 1997, que dispõe sobre o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).
<u>Lei Complementar nº 175, de 29 de dezembro de 2016</u>	Proíbe a concessão de anistia ou remissão tributárias pelo período que especifica e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7495, de 05 de dezembro de 2016</u>	Fica o governo do Estado do Rio de Janeiro impedido de conceder por 2 (dois) anos novos incentivos fiscais ou benefício de natureza tributária de quais decorram renúncias de receitas, novos financiamentos, fomentos econômicos ou investimentos estruturantes a empresas sediadas ou que venham a se instalar no estado do Rio de Janeiro na forma da lei.
<u>Lei Estadual nº 7455, de 18 de outubro de 2016</u>	Cria o programa de estímulo à cidadania fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Nota Fluminense.
<u>Lei Estadual nº 7259, de 12 de abril 2016</u>	Concede anistia de multas, mora e demais acréscimos, bem como remissão de créditos tributários nos casos que especifica, e determina e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7215 de 18 de janeiro 2016</u>	Altera a Lei 2877 de 22 de dezembro de 1997 que dispõe sobre o imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA.
<u>Lei Estadual nº 7184, de 30 de dezembro de 2015</u>	Institui a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização Ambiental das Atividades de Geração, Transmissão e ou Distribuição de Energia Elétrica de Origem Hidráulica, Térmica e Termo Nuclear – TFGE no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7183, de 29 de dezembro de 2015</u>	Dispõe sobre alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações De Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS,

	Incidente sobre Operações de Circulação de Petróleo, nas condições que especifica, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7182, de 29 de dezembro de 2015</u>	Institui a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização Ambiental das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Produção de Petróleo e Gás – TFPG no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7174, de 28 de dezembro de 2015</u>	Dispõe sobre o Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD), de competência do Estado do Rio De Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7166, de 18 de dezembro de 2015</u>	Dispõe sobre o Programa “Recupera Créditos Tributários da Taxa de Incêndio” e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7148, de 17 de dezembro de 2015</u>	Dispõe sobre o cancelamento da inscrição no cadastro de contribuintes do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS nos casos que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7116, de 26 de novembro 2015</u>	Dispõe sobre a redução de multas e dos juros relativos aos débitos tributários do Icms administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda e aos débitos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, e autorização para pagamento ou parcelamento e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7069, de 02 outubro 2015</u>	Altera a Lei nº 1.427, de 13 de fevereiro de 1989, para afastar a necessidade de intervenção obrigatória da Procuradoria Geral do Estado em processos de arrolamento, sem prejuízo da intervenção desse órgão quando provocado mediante consulta da Secretaria de Estado de Fazenda e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7068, de 01 de outubro de 2015</u>	Altera a Lei nº 2.877, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.
<u>Lei Estadual nº 6987 de 20 de abril de 2015</u>	Altera a Lei nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, para possibilitar a retificação de informações, declarações e arquivos, de forma espontânea, sem a aplicação de penalidades.
<u>Lei Estadual nº 6905, de 09 de outubro de 2014</u>	Altera o art. 138 do Código Tributário Estadual.
<u>Lei Estadual nº 6571, de 31 de outubro de 2013</u>	Insere dispositivos na lei nº 5.147/07, dispondo sobre a apresentação de denúncia espontânea por microempresa e empresa de pequeno porte optante pelo simples nacional, nas hipóteses que menciona, e dá outras providências.

<u>Lei Estadual nº 6570, de 30 de outubro de 2013</u>	Altera e acrescenta dispositivos à lei nº 2.877, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).
<u>Lei Estadual nº 6569, de 30 de outubro de 2013</u>	Altera a lei nº 6.423/2013 que isenta do ITCMD, do IPVA, da contribuição de melhoria e das taxas de serviços estaduais, as hipóteses que menciona, todas relacionadas aos jogos olímpicos e paralímpicos de 2016.
<u>Lei Estadual nº 6116, de 19 de dezembro de 2011</u>	Altera o código tributário estadual para modificação e criação de taxas referentes aos serviços de depósito e remoção de veículos.
<u>Lei Estadual nº 6115, de 19 de dezembro de 2011</u>	Altera o decreto-lei nº 05, de 15 de março de 1975, que institui o código tributário estadual, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 6116, de 19 de dezembro de 2011</u>	Altera o Código Tributário estadual para modificação e criação de taxas referentes aos serviços de depósito e remoção de veículos.
<u>Lei Estadual nº 6115, de 19 de dezembro de 2011</u>	Altera o decreto-lei nº 05, de 15 de março de 1975, que institui o Código Tributário estadual, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 5.171, de 26 de dezembro de 2007</u>	Dá nova redação ao capítulo V e inclui dispositivos ao capítulo XII da Lei nº 2.657/96, que cuida do contribuinte substituto.
<u>Lei Estadual nº 5.147, de 06 de dezembro de 2007</u>	Dispõe sobre a aplicação do estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte, de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 5.013, de 03 de abril de 2007</u>	Altera a redação dos arts. 258 e 260 do decreto-lei nº 05, de 15 de março de 1975, que cuidam dos representantes dos contribuintes.
<u>Lei Estadual nº 4.117, de 27 de junho 2003</u>	Altera a lei nº. 2.657, de 26 de dezembro de 1996, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 3.733, de 13 de dezembro de 2001</u>	Altera a lei nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 3.521, de 27 de dezembro de 2000</u>	Altera o anexo ao art. 107, do decreto-lei nº 05/75, que institui o Código Tributário Estadual, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996</u>	Dispõe sobre o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 1.427, de 13 de fevereiro de 1989</u>	Institui o imposto sobre transmissão "causa mortis" e por doação, de quaisquer bens ou direitos.

<u>Lei Estadual nº 723, de 30 de março de 1984</u>	Altera a redação dos artigos 19 e 20 da Lei nº 713, de 26 de dezembro de 1983, que cuidam das custas remuneratórias e da taxa judiciária e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 713, de 26 de dezembro de 1983</u>	Introduz alterações na legislação tributária do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br